



Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais

ISSN: 1517-4115

revista@anpur.org.br

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

Quintslr, Suyá

AMAZÔNIA. DISPUTAS MATERIAIS E SIMBÓLICAS

Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 11, núm. 1, mayo, 2009, pp. 57-72

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
Recife, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513951691005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

AMAZÔNIA

DISPUTAS MATERIAIS E SIMBÓLICAS

SUYÁ QUINTSLR

R E S U M O *O estágio atual de degradação da Amazônia fez emergir, em âmbito internacional, um debate sobre seu futuro e sobre as ações que contribuem para a destruição ou para a conservação da floresta. Diversos grupos travam uma luta simbólica neste debate, através da qual buscam legitimação para seus projetos e para suas formas de utilização dos recursos. Neste trabalho, buscou-se construir um quadro analítico em que fossem contempladas as diversas matrizes discursivas empregadas na discussão acerca dos rumos da Amazônia brasileira, levando em consideração as propostas de diferentes atores e elaborações teóricas sobre os conceitos de desenvolvimento, preservação e sustentabilidade. Foram identificadas, desta forma, quatro matrizes discursivas: o discurso desenvolvimentista, o discurso da mercantilização da natureza, o discurso preservacionista e o discurso socioambiental.*

P A L A V R A S - C H A V E *Amazônia; sustentabilidade; conflito ambiental; políticas públicas.*

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os efeitos indesejáveis do progresso do desenvolvimento humano e o reconhecimento da importância da preservação do equilíbrio ecológico para a manutenção da qualidade de vida na terra fizeram com que a atenção de cientistas e ambientalistas se voltasse para a Amazônia. Como sugere Carlos Walter Porto Gonçalves (2005), a região, por ser a última grande porção de floresta tropical do mundo, passa a ser vista como a “reserva ecológica do planeta”.

A partir do reconhecimento de sua importância para toda a humanidade, a Amazônia deixa de ser uma questão apenas dos países que possuem parte deste bioma em seus territórios, gerando um debate internacional sobre o direito que eles têm de geri-lo como bem entenderem.

Além desta questão ligada à soberania nacional, há um conflito interno sobre as formas de uso da região, traduzido no debate em torno da sua vocação. Setores de fora da região, elites locais, comunidades ditas tradicionais e uma série de povos indígenas bastante diferenciados travam uma luta em torno da significação do espaço amazônico e de sua vocação e utilização futura. Alguns destes grupos identificam a região como uma reserva de recursos (água, terra, energia, madeira, minérios etc) a serem usados em prol do desenvolvimento econômico do país. Outros veem na Amazônia a última região de florestas naturais de fato preservadas da ação humana, buscando mantê-la distante desta ação, que é vista invariavelmente como predatória. Há ainda aqueles que defendem um modelo baseado no conhecimento das populações que desenvolveram ao longo de inúmeras gerações uma forma mais sustentável de manejo da floresta, valorizando a diversidade cultural e o conhecimento tradicional.

Os motivos evocados para a conservação da floresta amazônica são os mais variados, como os mitos em torno da natureza selvagem e a alta diversidade biológica, além dos ser-

viços florestais prestados pelo ecossistema, como a manutenção dos lençóis d'água, sequestro de carbono e interações com a regulação climática – argumentos que vêm ganhando força devido à crescente preocupação com as mudanças climáticas globais.

Contrapondo-se aos argumentos conservacionistas, frequentemente é evocada a disparidade entre a área ocupada pela AML e sua pequena participação no PIB. A incorporação da Amazônia à economia nacional vem sendo promovida, principalmente, a partir da década de 1960, com a construção da Belém-Brasília, da Transamazônica e com a criação da Zona Franca de Manaus, em 1967. Na década de 1970, este processo foi intensificado com os Planos Nacionais de Desenvolvimento (I PND e II PND) elaborados pelos governos militares, seguindo uma lógica de crescimento econômico nacional através da exploração dos recursos da região amazônica. Após um período de retração da ação governamental durante a década de 1980, há uma retomada do planejamento a partir de 1996, quando o governo federal lança o programa Brasil em Ação (Becker, 2001). De uma forma geral, os programas de desenvolvimento empreendidos após a redemocratização não se diferenciam muito das primeiras tentativas de incorporação da Amazônia à economia capitalista, e continuam enxergando a região como um vazio demográfico e reserva de recursos do país.

As políticas territoriais responsáveis pela incorporação desta porção do território tiveram graves efeitos sobre o ecossistema amazônico e sobre as populações nele residentes. As perdas florestais foram fortemente intensificadas em relação ao período anterior à década de 1970, chegando hoje a aproximadamente 15% da área originalmente florestada. A promoção de infraestrutura na região favoreceu a proliferação de atividades econômicas que exigem grande alteração do ecossistema, como a mineração, a extração de madeira, o cultivo de grãos e a pecuária (reconhecida como a principal causa do desmatamento na região).

Frente à diversidade de motivos que incidem sobre a degradação socioambiental na região, é fundamental entender os fatores que potencialmente influem sobre este processo. Para Bertha Becker (2005), a mudança no padrão de desenvolvimento que vem sendo adotado para a Amazônia requer o entendimento dos diferentes projetos políticos e seus atores, que se encontram na raiz dos conflitos.

Reconhecendo a necessidade de melhor entendimento dos projetos políticos para a região, bem como dos mecanismos de legitimação destes projetos, buscamos, neste trabalho, identificar as diferentes concepções contemporâneas sobre o desenvolvimento e a sustentabilidade da Amazônia a partir do posicionamento dos atores envolvidos e de suas propostas políticas para a região. Usando como referencial teórico o conceito de racionalidade ambiental (Leff, 2007) e de conflito ambiental (Acselrad, 2004), foi construído um quadro de análise em que são identificadas as principais matrizes discursivas presentes no debate, através de elementos que as diferenciam e justificam o posicionamento dos atores que as adotam. Esse quadro de análise, como parte integrante do processo metodológico empregado, buscou ser um instrumento de ruptura epistemológica em relação à visão acrítica da realidade social, “devido ao estabelecimento de um corpo de enunciados sistemático e autônomo, de uma linguagem com suas regras e sua dinâmica próprias que lhe asseguram um caráter de fecundidade” (Bruyne *et al.*, 1977, 102). A elaboração deste quadro tomou por base tanto o posicionamento assumido pelos próprios atores sociais em questão como a análise dos pressupostos teóricos desses paradigmas segundo diferentes autores consultados. Nesse sentido, levamos aqui em consideração as elaborações teóricas em torno das categorias recorrentes no debate – como preservação, desenvolvimento e

sustentabilidade – e alguns dos documentos produzidos pelos movimentos sociais amazônicos, agentes econômicos, organizações não governamentais e organismos multilaterais. Por fim, ilustramos o uso das diferentes matrizes discursivas por alguns atores, especialmente atores governamentais, ONGs e movimentos populares.

Ainda que o debate atual em torno da Amazônia encontre-se fortemente polarizado entre concepções opostas de desenvolvimento e preservação, consideramos que a complexidade da questão ambiental na atualidade faz com que haja uma série de atores sociais defendendo diversas posições que vão muito além da dicotomia frequentemente evocada entre preservação e desenvolvimento econômico. De fato, o posicionamento dos atores sociais se encontra matizado pelas concepções referentes à relação entre sociedade e meio ambiente. Partimos do princípio de que o entendimento e a importância relativa dada por cada um desses atores a questões que concernem a essa relação irão determinar o seu posicionamento no espectro preservação *versus* desenvolvimento econômico e, em grande medida, as disputas em torno do tema, incidindo sobre as políticas que serão desenhadas e implementadas envolvendo o meio ambiente.

AMAZÔNIA: CONCEPÇÕES E PROJETOS EM DISPUTA

O conceito de conflito ambiental, tal como formulado por Acselrad (2004), auxilia a compreensão do campo ambiental, e mais especificamente da Amazônia como um campo de disputas simbólicas e materiais, onde diferentes atores com interesses distintos fazem uso de certa matriz discursiva para legitimar sua prática.

Segundo este autor, os conflitos entre os atores sociais podem ser compreendidos a partir do seu posicionamento no campo material (no plano da reprodução social) e no campo simbólico (no plano das representações), acionado para legitimar ou contestar as formas de apropriação material do meio, que se traduzem em espaços sociais de distribuição do poder (Acselrad, 2004). A partir desta formulação, Acselrad (s/d, 7) entende que “os movimentos sociais podem ser analisados por sua intervenção nestes dois níveis do espaço social – o espaço de distribuição de poder sobre as coisas e o espaço da luta discursiva”, afirmação que pode ser estendida aos demais atores existentes na sociedade (incluindo os atores governamentais), já que não apenas os movimentos sociais travam disputas relativas ao campo ambiental.

Nessa mesma perspectiva analítica, Gonçalves (2005, 164) compreende que a complexidade e a violência dos conflitos na Amazônia se devem a um:

conflito básico envolvendo matrizes de racionalidade distintas, enfim, de diferentes culturas com suas formas e seus modos de apropriação da natureza simbólica-materialmente diferentes. Não só a questão de a quem a natureza pertence está posta, como também diferentes concepções do que seja a natureza estão em conflito. Não só a questão de quem se apropria, mas também de diferentes modos de apropriar-se material e simbolicamente da natureza.

Uma vez reconhecido o campo ambiental como um espaço de disputas tanto simbólicas quanto materiais, se torna possível uma análise da Amazônia a partir dos grupos que se opõem no interior daquele campo, ou seja, das posições distintas identificáveis na luta em torno da significação e apropriação material do meio amazônico. Nessa direção,

entendemos que pode ser útil o conceito de racionalidade social tal como formulado por Leff (2007), baseado no pensamento de Max Weber, para analisar as diferentes matrizes discursivas usadas pelos atores que travam as disputas no campo ambiental em torno das políticas e projetos para a Amazônia. Segundo este autor (*ibid*, 121):

Uma racionalidade social define-se como um sistema de regras de pensamento e comportamento dos atores sociais, que se estabelecem dentro de estruturas econômicas, políticas e ideológicas determinadas, legitimando um conjunto de ações e conferindo um sentido à organização da sociedade em seu conjunto. Estas regras e estruturas orientam um conjunto de práticas e processos sociais para certos fins, através de meios socialmente constituídos, refletindo-se em suas normas morais, em suas crenças, em seus arranjos institucionais e em seus padrões de produção.

De acordo com Leff (2007), o uso deste conceito possibilita uma melhor compreensão do comportamento da sociedade em relação à natureza, bem como a análise dos diferentes sistemas de valores, normas e ações que conformam as diferentes racionalidades sociais. Seguindo esta linha, o autor constrói o conceito de racionalidade ambiental, que se oporia à racionalidade capitalista, sendo esta considerada como expressão da lógica do capital, “fundada no cálculo econômico, na formalização, controle e uniformização dos comportamentos sociais e na eficiência de seus meios tecnológicos, que induziram um processo de degradação ambiental”. (Leff, 2007, 124)

Inspirados nessa abordagem de Leff, podemos dizer que existem diversas racionalidades sociais expressando diferentes concepções em torno da relação sociedade e meio ambiente e, especificamente, em relação à Amazônia. Cada uma dessas racionalidades vai expressar sua concepção em diferentes matrizes discursivas, acionadas pelos diferentes grupos para legitimar suas ações, interesses e lutas no campo ambiental. A nosso ver, a partir da literatura consultada, é possível identificar três grandes matrizes discursivas, e algumas delas podem ser subdivididas em razão de diferenças mais ou menos significativas: (a) racionalidade econômica (subdividida em dois discursos distintos: o desenvolvimentista e o da mercantilização da natureza); (b) racionalidade ecológica; e (c) racionalidade socioambiental. Tais matrizes discursivas, resumidas no Quadro 1, podem ser tomadas aqui como *tipos-ideais* no sentido weberiano. Ou seja, buscamos sintetizar os traços fundamentais que caracterizam as diferentes matrizes discursivas de forma a lhes conferir uma coerência e significação. Como sublinha Bruyne *et al.* (1977, 181), “o tipo ideal não é, portanto, nem uma média, nem uma cópia esquemática do real – como tal, ele é inobservável – pois é desenhado com a intenção de levar ao extremo cada um dos traços da situação concreta”. Nesse sentido, podemos dizer que o tipo ideal é uma ferramenta analítica que visa dar significação às informações coletadas, no caso, os discursos dos atores sociais que se aproximam em um ou outro aspecto das matrizes construídas, fato que não invalida o esforço de classificação, uma vez que diferenças substanciais ficam evidentes na análise.

A construção das matrizes teóricas tomou como referência três aspectos que nos parecem centrais para diferenciar as concepções relativas à relação entre sociedade e meio ambiente no que envolve a Amazônia: (i) os conceitos e noções fundamentais na construção dos discursos em torno da natureza; (ii) o posicionamento relativo às formas de propriedade mais adequadas à conservação da natureza; e (iii) o posicionamento relativo às formas de uso das áreas naturais. Com base nesses elementos, apresentamos a seguir as matrizes discursivas construídas para análise.

RACIONALIDADE ECONÔMICA

Dentro desta grande matriz discursiva em torno da significação do meio ambiente e da Amazônia, diferenciamos dois discursos distintos: o que denominamos discurso *desenvolvimentista*, que coloca o desenvolvimento econômico em primeiro plano; e o discurso da *mercantilização da natureza*, que, apesar de defender a preservação da floresta amazônica, acredita que a forma de se alcançar este objetivo se dê através da inclusão da natureza no mercado.

O DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA

Existe um grande número de atores (governos, produtores etc) defendendo a ideia de que o crescimento econômico deva ser a meta incontestável da política econômica brasileira. Optamos por denominá-los como “desenvolvimentistas”, a despeito das diversas significações atribuídas ao termo desenvolvimento.

Segundo Bresser-Pereira (2007, 2):

O desenvolvimento econômico é o processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de bem-estar de uma determinada sociedade. [...] Uma vez iniciado, o desenvolvimento econômico tende a ser relativamente auto-sustentado na medida em que no sistema capitalista os mecanismos de mercado envolvem incentivos para o continuado aumento do estoque de capital e de conhecimentos técnicos.

O mesmo autor (*ibid*, 2) afirma que “desde a Revolução Capitalista, o desenvolvimento econômico se tornou um objetivo político central das nações, de forma que o governo de um Estado só estará realmente sendo bem-sucedido se estiver alcançando taxas razoáveis de crescimento”. Partindo desta premissa, o governo brasileiro, por muitas vezes, coloca este *objetivo central* acima de outras políticas de bem-estar social e de meio ambiente. O planejamento do desenvolvimento passa, desta forma, a privilegiar critérios de rentabilidade a curto prazo, sem que sejam levados em conta os danos ambientais e sociais deste modelo.

A extensão da região amazônica e a abundância de seus recursos naturais contrastam, de certo ponto de vista, com a pequena participação no Produto Interno Bruto nacional, que é hoje de cerca de 8%. Os atores que fazem uso desta matriz discursiva, aqui denominada desenvolvimentista, buscam, a partir do que entendem ser uma contradição, desenvolvê-la e integrá-la à economia nacional. Criou-se, como destaca Carlos Walter (2005), no imaginário nacional uma percepção da Amazônia como um *vazio demográfico* e como *reserva de recursos* do país. As populações que vivem na região são vistas como atrasadas, e a utilização que muitas delas fazem dos recursos, como não racional do ponto de vista capitalista.

Desta forma, atividades mais rentáveis, como criação de gado e plantio de soja – preferencialmente em grandes propriedades –, extração de madeira e mineração, entre outras, são vistas como atividades preferíveis em relação à agricultura familiar, à pesca artesanal, ao extrativismo não madeireiro, etc.

Nesta perspectiva, Edna Castro (2005, 9) entende que “a interpretação dos princípios da racionalidade econômica, conjugada à análise das estratégias de caráter político

dos agentes econômicos presentes em espaços diferenciados da Amazônia, é importante (...) para compreender a dinâmica do desmatamento”. A autora destaca, ainda, que este processo está intimamente relacionado à estrutura social desigual do país e à oportunidade de acumulação existente em regiões de fronteira.

Se, por um lado, a Amazônia foi tida como uma oportunidade promissora de aquisição de terras e melhoria da qualidade de vida por uma parcela pauperizada da população, por outro, “foi concebida pelas elites nacionais como uma fronteira de recursos, na qual o capital poderia refazer seu ciclo de acumulação com base em novos estoques disponíveis” (*ibid.*, 10). Destacam-se no imaginário deste segmento as apreensões da Amazônia como vazio demográfico e reserva de recursos do país, além da inesgotabilidade de seus recursos (Castro, 2005; Gonçalves, 2005).

Como conceitos fundamentais desta corrente poderíamos citar o desenvolvimento/crescimento econômico e a rentabilidade. É evidente a preferência pela forma de propriedade privada, mais para fins de otimização dos lucros que para preservação. Entretanto, autores que identificamos com esta corrente, como Garrett Hardin, atacam a forma de propriedade comunal por considerá-la prejudicial à conservação dos recursos, defendendo a propriedade privada como mais adequada também para estes fins (Hardin, 1968). Consideramos que ao privilegiar o desenvolvimento econômico em relação à natureza, o uso considerado mais adequado a este tipo de racionalidade será o uso econômico das áreas naturais.

Percebe-se uma clara predominância desta racionalidade entre o início da efetiva incorporação da Amazônia ao território nacional e à economia capitalista (décadas de 1950 e 1960), até meados da década de 1980, quando outras racionalidades começam a questionar a hegemonia da racionalidade econômica vigente. Neste período, foram privilegiados grandes empreendimentos, tanto no campo da exploração mineral (como exemplo temos Carajás) quanto no campo agrícola (no qual o crédito foi sempre mais acessível aos grandes produtores), tidos como mais rentáveis e, portanto, mais desejáveis do ponto de vista do desenvolvimento do país. Após a redemocratização, há a emergência de uma série de movimentos populares, o que coincide com um período de crescimento da preocupação com o meio ambiente, ambos fatores relativamente novos que virão a contestar a racionalidade desenvolvimentista e suas consequências.

O DISCURSO DA MERCANTILIZAÇÃO DA NATUREZA

Os defensores desta corrente, ao contrário dos aqui denominados desenvolvimentistas, estão bastante próximos, de certa forma, ao debate ecológico e preservacionista. Entretanto, optamos por classificá-los segundo a racionalidade econômica devido à intenção de incluir os recursos naturais em uma lógica mercantil, em que os serviços prestados pelo ambiente seriam pagos pela sociedade.

Apesar do reconhecimento da necessidade da preservação ambiental para a manutenção da qualidade de vida na Terra, esta corrente segue uma lógica utilitarista, em que características e ciclos ecossistêmicos são vistos como serviços prestados, e sujeitos, portanto, a uma valorização. Da mesma forma, defendem a chamada “modernização ecológica”, acreditando que os avanços próprios da modernidade, como novas tecnologias, seriam capazes de eliminar os problemas de poluição e de escassez de recursos (Acsehrad, s/d). Assim, os problemas ambientais (externalidades) seriam internalizados dentro da mesma lógica econômica que os gera, afastando a discussão acerca dos efeitos perversos do modelo econômico adotado, da forma de produção capitalista e dos valores consumistas.

Fearnside, pesquisador americano do INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) é, a nosso ver, um dos maiores defensores desta concepção dentro da academia. Segundo este autor (Fearnside, 2008), a economia da Amazônia, que atualmente é baseada em atividades destrutivas, como a extração de madeira, a criação de gado e o plantio de soja, não pode ser substituída por atividades mais sustentáveis, uma vez que estas atividades seriam desvantajosas do ponto de vista econômico. Mesmo outras atividades, ainda que não causem grande impacto, como o extrativismo de produtos não-madeireiros, estão sujeitas à saturação do mercado ou à competição com formas mais rentáveis de obtenção do mesmo produto, como a produção em larga escala através da monocultura.

Desta forma, a única maneira de garantir a sobrevivência da floresta seria a substituição das atividades insustentáveis na realidade amazônica pelo fluxo econômico gerado através do pagamento pelos serviços prestados por este ecossistema (Fearnside, 2008).

Ainda segundo Fearnside (*ibid*), estes serviços estão agrupados em três categorias: biodiversidade, água e mitigação das mudanças climáticas. Nesta concepção da racionalidade econômica, a floresta é vista como um depósito *in situ* de genes e espécies que podem ser aproveitados de diferentes formas no futuro, com destaque para a indústria farmacêutica e de cosméticos. Da mesma forma, a continuidade do ciclo da água e a manutenção do regime de chuvas em diferentes regiões – garantidos pelo sistema de evapotranspiração das árvores da Amazônia, que muitos acreditam já estar abalado pelo desflorestamento – são vistas como serviços essenciais à humanidade prestados pelo ecossistema em questão. Em terceiro lugar, mas não menos importante, temos a mitigação das mudanças climáticas, que ocorre por dois processos: (i) sequestro de carbono pela biomassa da floresta; e (ii) não lançamento na atmosfera de uma grande quantidade de gás carbônico e metano retidos no solo da floresta e que são liberados quando ocorre o desmatamento.

Este último “serviço” é especialmente importante para a presente discussão, uma vez que há, no plano internacional, uma mobilização para sua comercialização: os créditos de carbono previstos no Protocolo de Kyoto.¹ Este documento – que busca diminuir as emissões de gases de efeito estufa visando a prevenção das mudanças climáticas –, em seu artigo 6, delibera que “qualquer Parte incluída no Anexo 1 pode transferir para, ou adquirir de, outra dessas Partes unidades de redução de emissões resultantes de projetos visando a redução das emissões antrópicas por fontes ou o aumento das remoções antrópicas por sumidouros de gases de efeito estufa em qualquer setor da economia...”² Os princípios e regras para o comércio de emissões devem ser definidos pela Conferência das Partes, a ser realizada anualmente.

O comércio de créditos de carbono é, entretanto, alvo de uma discussão bastante polarizada entre aqueles que acreditam que ele seja uma oportunidade para os países em desenvolvimento que ainda possuem grandes áreas florestadas (Fearnside, 2001) e aqueles que criticam esta política por ser uma forma encontrada pelos países desenvolvidos para continuarem poluindo. Os defensores do comércio de créditos de carbono acreditam que, além de ele ter a potencialidade de gerar renda em países como o Brasil – onde existe grande área com cobertura da floresta tropical amazônica –, eles ajudariam a conter o desmatamento, por tornar economicamente vantajosa a manutenção da floresta.

Críticos desta corrente afirmam que a Economia Ambiental não é capaz de atingir seu objetivo de internalizar os custos do desenvolvimento econômico (ou as *externalidades*) através da privatização dos recursos naturais ou do estabelecimento de preços de mercado a serem pagos pelos serviços ambientais, uma vez que não existem meios para calcu-

1 O Protocolo de Kyoto foi negociado na terceira Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em 1997, em Kyoto (Japão).

2 “For the purpose of meeting its commitments under Article 3, any Party included in Annex I may transfer to, or acquire from, any other such Party emission reduction units resulting from projects aimed at reducing anthropogenic emissions by sources or enhancing anthropogenic removals by sinks of greenhouse gases in any sector of the economy...” (Kyoto Protocol to the United Nations Framework Convention on Climate Change. Disponível em: http://unfccc.int/essential_background/kyoto_protocol/items/1678.php).

lar o valor da natureza nem tampouco de prever as necessidades ou preferências das gerações futuras. Soma-se a isso a incapacidade de incorporar ao cálculo econômico os processos ecológicos, sociais e culturais. Assim, a internalização dos custos ecológicos pela economia “se depara com uma série de obstáculos epistemológicos, de interrogações metodológicas, de interesses opostos e dificuldades práticas ainda não resolvidas” (Leff, 2000, 174).

A despeito da identificação destas dificuldades e de um movimento de oposição a esta concepção (que será discutido adiante), há uma clara tendência à incorporação dos processos ecológicos e dos recursos naturais à economia de mercado, o que pode ser verificado pelas normas jurídicas que estabelecem o conceito de “poluidor-pagador”, o pagamento pela conservação ambiental etc, afirmando a capacidade do mercado de dar conta da degradação ambiental.

Como podemos perceber através desta discussão, tal corrente se fundamenta no conceito de mercado ao aceitar que seus mecanismos regulam a relação entre os homens e entre estes e a natureza. Outro conceito importante para as formulações desta corrente é o de desenvolvimento econômico. No que concerne ao posicionamento relativo às formas de propriedade mais adequadas à conservação da natureza, esta corrente defende a propriedade privada dos recursos naturais, uma vez que os proprietários destes recursos receberiam benefícios financeiros pela conservação dos mesmos. Todavia, como exposto anteriormente, no Brasil existem propostas de pagamentos pelos serviços prestados pelas florestas compreendidas em Unidades de Conservação. Por fim, no que se refere ao posicionamento relativo às formas de uso das áreas naturais, os autores vinculados a esta corrente argumentam que a preservação é a forma mais adequada, sendo que o não-uso das áreas naturais auferiria benefícios econômicos aos proprietários.

RACIONALIDADE ECOLÓGICA – O DISCURSO PRESERVACIONISTA

Fazendo forte oposição à corrente desenvolvimentista, temos o discurso dos preservacionistas, que defendem a manutenção da natureza em “estado puro”, o que, segundo os defensores desta corrente, vai significar mantê-la longe da ação humana.

Segundo Keith Thomas (1983), o preservacionismo seria fruto de um processo de revalorização da natureza pela sociedade ocidental, que teve início durante o período moderno na Europa. Para este autor, a valorização do mundo natural não só data do período moderno como também é fruto das transformações intrínsecas à modernidade, entre elas: a superpopulação das cidades, a poluição gerada pela crescente atividade industrial, o aumento do barulho e uma maior separação entre o campo e a cidade. Desta forma, a antiga crença de que a natureza tinha sido criada apenas para o proveito do homem – baseada no cristianismo e em uma determinada interpretação da Bíblia – foi gradualmente encontrando contestações.

Aliado ao descontentamento com o processo de industrialização e urbanização, que levava à deterioração do ambiente urbano, o avanço da história natural no século 19 – com destaque para os estudos de Darwin sobre evolução – exerceu forte influência para uma mudança de postura do homem em relação ao meio ambiente e ao resto da biodiversidade. O reconhecimento de que a atividade humana já tinha levado muitas espécies à extinção criou também um sentimento de responsabilidade em relação ao resto da “criação divina”, levando ao surgimento de uma série de restrições legais ao extermínio de animais (Thomas, 1983).

O novo interesse pela natureza foi-se convertendo em admiração estética e estima pelo ambiente selvagem, no qual os habitantes da cidade podiam buscar renovação espiritual. “Em fins do século XVIII, o apreço pela natureza, e particularmente pela natureza selvagem, se convertera numa espécie de ato religioso. A natureza não era só bela; era moralmente benéfica” (*ibid*, 1983, 309). Da mesma maneira, o habitante do campo passou a ser visto como moralmente superior ao morador da cidade, o que, ainda segundo Thomas (1983), se baseava numa série de ilusões sobre as relações sociais rurais.

Tal pensamento certamente foi influenciado pela obra e pensamento de Rousseau, para quem o homem primitivo, vivendo em estado natural, é isento de maldade por não conhecer os vícios e mazelas que surgiram com a sociedade civil.

Como destacado por Keith Thomas (1983), o desenvolvimento industrial e tecnológico ocorrido durante o período moderno fez surgir, por um lado, uma série de confortos e comodidades para a população, por outro, levou ao surgimento de uma nova sensibilidade em relação ao mundo natural que serviu de base ao movimento preservacionista de fins do século 19 e do século 20.

Antônio Carlos Diegues (2004) identifica um processo semelhante no surgimento do preservacionismo nos Estados Unidos no início do século 19, que teria contribuído para a criação do primeiro Parque Nacional do mundo, o Parque de Yellowstone. Segundo este autor, a essência do preservacionismo “pode ser descrita como a reverência à natureza no sentido de apreciação estética da vida selvagem (*wilderness*). Ela pretende proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano” (Diegues, 2004, 30).

Desta forma, a posição preservacionista engendra uma concepção de áreas protegidas desabitadas, uma vez que qualquer intervenção humana na natureza seria nociva. Nesta concepção de parques, surgida nos Estados Unidos no século 19, há uma ideia subjacente de que, “mesmo que a biosfera fosse totalmente transformada, domesticada pelo homem, poderiam existir pedaços do *mundo natural* em seu estado primitivo, anterior à intervenção humana” (Diegues, 2004). Tal concepção, ao não tolerar a presença humana em um espaço que deva ser mantido em seu “estado natural”, cria uma clara oposição entre homem e natureza.

Entretanto, ainda segundo Diegues (2004), este “mito moderno da natureza intocada”, quando foi extrapolado dos Estados Unidos para os países tropicais não desenvolvidos, criou uma série de conflitos com as populações que tradicionalmente ocupam estes ecossistemas. Muitos países da América Latina e da África possuem inúmeras populações vivendo nas florestas tropicais, praticando atividades que vão da agricultura familiar e da pesca ao extrativismo de diversos produtos não madeireiros.

Vários autores destacam que esta importação do ambientalismo surgido nos países desenvolvidos, orientado principalmente pelos problemas de contaminação e poluição causados pelo desenvolvimento industrial e pelos valores consumistas, é nociva aos países pobres do sul, onde existem problemas relacionados à equidade no acesso aos recursos naturais e na distribuição desigual das externalidades (Leff, 2000; Portilho, 2005; Diegues, 2004).

A adequação deste “mito da natureza intocada” para a realidade brasileira parece estar centrada no espaço amazônico. Diversas representações que fazemos da região amazônica na atualidade dizem respeito a um local de natureza exuberante, onde a sociedade moderna e seu desenvolvimento ainda não teriam levado a destruição. Assim, de acordo com Carlos Walter Gonçalves (2005, 20), “a imagem mais comum do que seja a Amazônia é a

de que se trata de uma imensa extensão de terras, onde o principal elemento de identificação é uma natureza pujante, praticamente indomável, que a história nos legou intocada”.

Outros autores, como Fernandez (2000), para justificar o não-uso da natureza pelo homem, alegam que se o homem primitivo, munido com ferramentas precárias, foi capaz de extinguir inúmeros animais da megafauna (animais com mais de 40 kg), as populações ditas tradicionais também podem trazer grandes prejuízos à biodiversidade através de práticas de caça, pesca, ou mesmo de manejo florestal não sustentável. Assim, de acordo com este raciocínio, a preservação de áreas do mundo natural seria incompatível com a presença humana.

Como conceitos fundamentais da racionalidade ecológica e do discurso preservacionista aqui descritos, temos a natureza, a preservação e a valorização da ciência, principalmente da biologia e da ecologia. A forma de propriedade considerada por esta corrente como mais adequada à preservação é a estatal, que se dá sob a forma de Unidades de Conservação cujo uso é regulado pela legislação.³ O uso preferencial das áreas naturais seria para fins de preservação da biodiversidade.

RACIONALIDADE SOCIOAMBIENTAL

Se o reconhecimento dos problemas ambientais por um lado fez emergir uma série de protestos preservacionistas que criaram uma dicotomia entre sociedade e meio ambiente, por outro, fez surgir uma nova forma de pensar esta relação. Enquanto o pensamento preservacionista se baseia fortemente na ciência, principalmente na biologia e na ecologia, para Leff (2007, 13), “a crise ambiental é uma crise do conhecimento: da dissociação entre o ser e o ente à lógica autocentrada da ciência e ao processo de racionalização da modernidade guiado pelos imperativos da racionalidade econômica e instrumental”. Ainda segundo Leff (*ibid*, 17), “o saber ambiental ultrapassa o campo científico para se inserir na ordem da racionalidade – dos imaginários coletivos, das regras de pensamento, das formações discursivas”.

Nesta sessão, fazemos uso do conceito formulado por Enrique Leff de *racionalidade ambiental* para a construção do que chamamos de racionalidade socioambiental. Optamos, entretanto, por esta denominação por entender que há uma clara reconciliação entre sociedade e meio ambiente nesta racionalidade, diferenciando-a do que denominamos neste trabalho de racionalidade ecológica.

A racionalidade socioambiental coloca em xeque a racionalidade econômica capitalista (ou desenvolvimentista) dominante, ao questionar a possibilidade da manutenção de padrões de produção baseados no cálculo econômico, na eficiência de seus meios tecnológicos para aumentar a produtividade e os lucros e minimizar o desperdício e a contaminação decorrentes deste próprio modelo. Assim, a racionalidade ambiental valoriza a diversidade cultural e os conhecimentos étnicos como subsídios para a promoção de uma forma de produção ecotecnológica (Leff, 2007) ou ambientalmente sustentável, com reconhecimento das diferenças entre os potenciais dos diversos ecossistemas.

O ambiente passa a ser visto como “um objeto de apropriação social que põe em jogo estratégias discursivas e significações culturais que entram em um debate de sentidos pela sustentabilidade, que se interrelacionam com os efeitos de conhecimento das ciências” (Leff, 2007, 16).

Enrique Leff (2007), em sua *Epistemologia Ambiental*, aponta uma série de princípios nos quais se baseia a racionalidade ambiental, dentre eles, vale destacar: (i) o valor da

3 Não obstante, existe hoje na legislação sobre Unidades de Conservação no Brasil (SNUC – Lei nº 9985/2000) uma categoria inteiramente particular, a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

diversidade biológica, da heterogeneidade cultural e da pluralidade política; (ii) a conservação da base de recursos naturais e dos equilíbrios ecológicos do planeta como condição para um desenvolvimento sustentável; (iii) a distribuição da riqueza e do poder através da descentralização econômica e da gestão participativa dos recursos; (iv) a percepção da realidade a partir de uma perspectiva global, complexa e interdependente.

Henri Acselrad (s/d) reconhece o surgimento do movimento por justiça ambiental nos EUA com princípios semelhantes que certamente devem ter contribuído com alguns elementos na formação desta nova racionalidade.

Outros autores veem no ambientalismo camponês latino-americano (Leff, 2000; Martínez Alier, 1994) uma contribuição dos países menos desenvolvidos à conformação desta nova racionalidade: ao contrário dos países mais desenvolvidos, que têm um ambientalismo voltado para os problemas de poluição e esgotamento de recursos, os países do sul voltaram o debate para a desigualdade na apropriação dos recursos e para o modelo injusto criado por este padrão sempre desigual.

Na Amazônia, uma nova matriz discursiva ligada à racionalidade socioambiental emergente começou a ganhar destaque a partir de meados da década de 1980, quando diversas populações começaram a se organizar para lutar pelo seu direito a terra e contra a degradação ambiental decorrente do modelo de desenvolvimento empreendido pelo país.

Berta Becker (2001) destaca, neste processo, a criação do Conselho Nacional dos seringueiros, em 1985. De fato, os seringueiros, representados por Chico Mendes, conseguiram dar visibilidade aos problemas por que passavam os povos da floresta e às dificuldades encontradas por eles para manterem os seus modos de vida diante de tamanha degradação das bases materiais necessárias a sua reprodução, no caso, a própria floresta. Desta forma, diversas populações – seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco de babaçu, populações ribeirinhas, pequenos pescadores artesanais – se uniram e iniciaram uma luta que criou as bases para uma nova matriz discursiva em torno dos rumos da Amazônia que vinha a contestar a racionalidade desenvolvimentista predominante em sua história.

Destacariamos como conceitos fundamentais desta matriz discursiva a democracia, a sustentabilidade ambiental, a igualdade no acesso aos recursos e a valorização da diversidade cultural. Como forma de propriedade, vemos uma clara afirmação da função social da propriedade significando subordinação dos interesses privados aos interesses coletivos, além da defesa de outras formas jurídicas de propriedade, tais como a propriedade coletiva ou comunitária, expressas nas lutas dos movimentos sociais que fazem uso desta matriz, como a Reserva Extrativista e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável. O uso dos recursos é visto como positivo, se feito de forma racional e igualitária.

Quadro 1 – Matrizes discursivas em torno da Amazônia

Matrizes discursivas	Concepções relativas à relação entre sociedade e meio ambiente		
	Conceitos e noções fundamentais na construção dos discursos em torno da natureza.	Posicionamento relativo às formas de propriedade mais adequadas à conservação.	Posicionamento relativo às formas de usos das áreas naturais.
a) Racionalidade econômica			
(i) Discurso desenvolvimentista	Desenvolvimento/ crescimento econômico e rentabilidade.	Propriedade privada.	Uso das áreas para fins econômicos. Criação de gado, plantação de grãos, extração de madeira, mineração.
(ii) Discurso da mercantilização da natureza	Mercado, desenvolvimento econômico.	Propriedades privadas, proprietários recebendo pagamentos por preservar a floresta.	Não-uso de algumas áreas a serem preservadas; fora delas, atividades econômicas em geral são estimuladas.
b) Racionalidade ecológica – Discurso preservacionista			
	Natureza, preservação, valorização da ciência, da biologia e ecologia.	Propriedade predominantemente estatal, Unidades de Conservação.	Pequeno uso humano da natureza, atividades educativas e turísticas eventualmente permitidas.
c) Racionalidade socioambiental – Discurso socioambiental			
	Democracia participativa, justiça social, sustentabilidade ambiental, igualdade no acesso aos recursos, valorização da diversidade cultural.	Propriedade comunitária onde ocorre o manejo sustentável da floresta.	O uso dos recursos é positivo, se feito de forma racional e igualitária. Tendência a atividades extrativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O USO DAS MATRIZES DISCURSIVAS PARA LEGITIMAÇÃO DOS PROJETOS

Apresentadas as diferentes matrizes discursivas, parece útil ilustrar a forma como elas são acionadas por alguns dos diversos atores que travam disputas materiais e simbólicas em torno da Amazônia.

Os atores governamentais nem sempre expressam a mesma posição política; ao contrário, podemos verificar entre os discursos dos atores presentes nas diversas esferas de governo posições claramente distintas.

Existe, todavia, em alguns setores, uma clara influência da racionalidade econômica, principalmente no que se tornou conhecido como “bancada ruralista” no poder legislativo. Usamos, neste trabalho, para ilustrar tal posicionamento, alguns dos Projetos de Lei que vêm sendo discutidos no Congresso Nacional e que têm como objetivo a flexibilização das restrições relativas à Reserva Legal.⁴ Na Amazônia, a partir da aprovação da Me-

⁴ A reserva legal é um mecanismo estabelecido pelo Código Florestal que obriga os proprietários rurais a manterem uma parte da propriedade rural com a vegetação preservada para fins de conservação da natureza.

dida Provisória 2166 de 2001, a proporção da propriedade a ser preservada a título de reserva legal subiu de 50% para 80%, causando insatisfação dos proprietários rurais da região, que entendem que “a mudança nos percentuais mínimos da área de reserva legal (...) foi um *duro golpe* para os produtores rurais, em especial, para aqueles cujas propriedades localizam-se na Amazônia.” (Deputado Wandenkolk Gonçalves, PL 1207 de 2007, disponível em: <câmara dos deputados>).

Os Projetos de Lei em trâmite no Congresso Nacional que têm como objetivo promover alterações no Código Florestal, especialmente no mecanismo da Reserva Legal, de forma geral, destinam-se: (i) à diminuição da área da propriedade mantida a título de reserva legal; (ii) a incentivar a recomposição da reserva legal, especialmente seu replantio com espécies para exploração econômica, ainda que exóticas; e (iii) a fornecer incentivos fiscais e creditícios aos proprietários que cumprirem as exigências legais ou mantiverem área de reserva legal superior ao exigido em lei.

Na justificativa destes Projetos de Lei é comum encontrar argumentos ligados aos prejuízos decorrentes da limitação de corte da reserva legal, também os relacionados à necessidade de incentivos econômicos para que a lei seja cumprida:

Na área da Amazônia Legal, os produtores rurais são, atualmente, *penalizados pelo ônus* de manter intocados 80% dos recursos florestais [...] (Senador Expedito Júnior, *Diário do Senado Federal*, 2008).

(...) graves deficiências indicam que as normas legais de natureza coercitiva, embora essenciais, estão sujeitas a sérias limitações práticas. Ao mesmo tempo, demonstram, de forma inequívoca, a importância do *emprego de instrumentos econômicos*, capazes de constituir mecanismos efetivos de incentivo ao cumprimento dos diplomas legais referentes à reposição florestal. (Senador Waldir Raup, *Diário do Senado Federal*, 2003)

Fazendo uso desta mesma matriz discursiva, temos, por exemplo, o governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, hoje o maior produtor individual de soja do mundo. A despeito da degradação ambiental que o cultivo do grão vem promovendo no estado e de dados do INPE indicarem o aumento do desmatamento, em entrevista à revista *Carta Capital* (jun/2008), Maggi afirma não haver nenhum conflito entre esta atividade e o meio ambiente, colocando em questão, inclusive, a veracidade dos dados produzidos pelo Instituto.

Para além do discurso desenvolvimentista, pode ser identificada a utilização de outras matrizes discursivas nos governos estaduais da Amazônia. O governo do Amazonas, por exemplo, propõe mecanismos financeiros para que a floresta continue de pé. Segundo o Secretário do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, Virgílio Viana, “a bolsa-floresta é uma compensação financeira para o serviço prestado por nossas populações tradicionais e indígenas: a conservação das florestas” (Viana, 2007), aproximando-se, portanto, do que neste trabalho chamamos *de mercantilização da natureza*, ainda na esfera da racionalidade econômica.

Os discursos das ONGs e movimentos sociais, tal qual o dos atores governamentais, nem sempre seguem a mesma linha de reivindicações em relação à Amazônia. Usamos, para ilustrar discursos diferenciados deste setor, a divisão proposta por Daniel Compagnon (2008) em artigo no qual busca desmistificar o papel das grandes ONGs internacionais naquilo que o autor denomina “governança global da conservação da biodiversidade”.

de”. Para Compagnon, existe uma “separação essencial entre duas lógicas que atravessam a galáxia ONGs: lógica empresarial ou lógica de contestação” (Compagnon, 2008, 84).

Para ilustrar o discurso das ONGs que atuam em uma lógica de contestação – seja da atuação do poder público, seja da ordem vigente – e dos movimentos sociais amazônicos, usamos aqui o documento intitulado “Plataforma de Desenvolvimento para a Amazônia”, elaborado no “Seminário Amazônia Sustentável e Democrática: os desafios do desenvolvimento com garantia dos direitos humanos”.⁵

A “Plataforma de Desenvolvimento para a Amazônia” defende, entre outras coisas, os direitos dos povos tradicionais e indígenas e a regularização das Unidades de Conservação de Uso Sustentável. Na agenda de reivindicações que dizem respeito a produção familiar, o documento faz clara oposição à racionalidade econômica por defender que sejam combatidos “os incentivos do governo para a expansão do agronegócio e monocultivos na Amazônia (...), projetos de hidroelétricas, de mineração (ALCOA), assim como a construção de estradas sem a participação da sociedade civil” (doc., p. 5). É importante destacar também a importância dada ao tema da participação da sociedade civil – tanto na elaboração de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional quanto no debate sobre projetos de infraestrutura –, da descentralização das decisões e a reivindicação por uma “redefinição dos pressupostos do atual modelo de desenvolvimento baseados nos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento” (*ibid*, 8).

Percebe-se, pelo exposto acima, na “Plataforma de Desenvolvimento para a Amazônia”, uma grande influência da racionalidade socioambiental, principalmente devido à importância dos conceitos de democracia e sustentabilidade no discurso destes atores, mas também devido à defesa das Unidades de Conservação de uso sustentável, ao respeito e valorização da diversidade cultural e à contestação da lógica desenvolvimentista vigente.

Outras organizações não governamentais, em especial as grandes ONGs conservacionistas internacionais, têm um posicionamento diferente no que diz respeito à conservação da floresta amazônica, defendendo uma posição que incorpora de maneira mais clara o discurso preservacionista tal qual acima descrito. Ou seja, ao defenderem a preservação das espécies em Unidades de Proteção Integral e o não-uso da natureza, reforçam a dicotomia sociedade-natureza, não contestando o modelo de desenvolvimento social e ambientalmente insustentável empregado pelo país.

O embate entre as diversas racionalidades identificadas e suas propostas para a região podem ser também percebidas nas políticas desenvolvidas para a Amazônia. A própria formulação das políticas públicas passa a ser objeto de disputa entre os atores interessados em empreender diferentes projetos, muitas vezes incompatíveis, para a região.

Esperamos, com a análise desenvolvida ao longo deste trabalho, ter contribuído com uma discussão que auxilie na compreensão dos projetos políticos para a Amazônia, bem como com uma ferramenta que possibilite identificar o uso de diferentes matrizes discursivas na legitimação de interesses distintos no que diz respeito a este território e ao uso de seus recursos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. Meio Ambiente e Justiça – estratégias argumentativas e ação coletiva. Disponível em: <http://209.85.215.104/search?q=cache:a1L3Kwudrb8J:homologa.ambiente.sp.gov.br/EA/adm/admarqs/henriacseldrad.pdf+meio+ambiente+e+jus->

⁵ A opção por este documento se deve a ele ser fruto da articulação política de diferentes organizações não governamentais e movimentos populares – Fórum da Amazônia Oriental (FAOR), Processo de Articulação e Diálogo (PAD), Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense (FMAP), Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) etc –, contando, para sua elaboração junto a representantes de 136 organizações de todos os estados da Amazônia, com líderes e representantes de pescadores, quilombolas, indígenas, agricultores familiares, seringueiros, ribeirinhos, ONGs, universidades e institutos de pesquisa. Disponível em: www.fase.org.br

Suyá Quintslr é bióloga, mestranda em Ciência Ambiental (PGCA-UFF). E-mail: suya_q@yahoo.com.br

Artigo recebido em junho de 2009 e aprovado para publicação em agosto de 2009.

ti%C3%A7a+estrat%C3%A9gias+argumentativas+e+a%C3%A7%C3%A3o+coletiva&hl=pt-PT&ct=clnk&cd=1&gl=br. s/d.

_____. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Henrich Boll, 2004. pp. 13-35.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. O Método nas Ciências Sociais. In ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O Método nas Ciências Naturais e Sociais. São Paulo: Pioneira, 2004.

BECKER, B. K, 2001. Revisão das Políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? *Estudos Avançados*, 12, pp. 135-59.

_____. 2005. Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*, 19 (53), pp. 71-86.

BOURDIEU, P. Espaço Social e Espaço Simbólico. In: *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação*. Tradução Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1996. pp. 13-33.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. *Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRESSER-PEREIRA, L. C., 2007. O Processo Histórico do Desenvolvimento Econômico. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/>. Acesso em: 25/08/2007.

BRUYNE, P. de; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. *Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

CASTRO, E., 2005. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*, v.8 (2),pp. 5-39.

COMPAGNON, D. “Administrar democraticamente a biodiversidade graças às ONGs?” In: *A Ecologia Política das Grandes ONGs Transnacionais Conservacionistas*. São Paulo. Ed. NUPAUB. 2008, pp.35-60.

DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo, Ed. Hucxitec. 1996. 160 p.

FEARNSIDE, P. M., 2008. Amazon Forest maintenance as a source of environmental services. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, v.80 n.1, Rio de Janeiro, mar. 2008.

FERNANDEZ, F. A. dos S. *O Poema Imperfeito – Crônicas de Biologia, Conservação da Natureza, e seus Heróis*. Curitiba, Ed. da Universidade Federal do Paraná/ Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000. 260 p.

GONÇALVES, C. W. P. *Amazônia, Amazônias*. 2a edição. São Paulo: Contexto, 2005. 178 p.

HARDIN, G., 1968. The Tragedy of the Commons. *Science*, 162, pp. 1243-48.

LEFF, E. Cálculo Econômico, Políticas Ambientais e Planejamento do Desenvolvimento: a difícil valorização do ambiente. In: *Ecologia, Capital e Cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Edifurb, Blumenau, 2000.

_____. *Epistemologia Ambiental*. São Paulo (4ª ed.): Cortez, 2007.

MARTÍNEZ ALIER, J. *De la economía ecológica al ecologismo popular*. Barcelona. Icaria Editorial, 1994. 362 p.

MELLO, N. A. *Políticas Territoriais na Amazônia*. São Paulo: Annalumbre, 2006. 410 p.

NEPSTAD, D.; CAPOBIANCO, J. P.; BARROS, A. C.; CARVALHO, G.; MOUTINHO, P.; LOPES, U.; LEFEBVRE, P. *Avança Brasil: Os Custos Ambientais para a Amazônia*. Belém: Gráfica e editora Alves, 2000. 24p.

PORTILHO, F. A emergência internacional do discurso político sobre consumo e meio ambiente. In: *Sustentabilidade Ambiental, Consumo e Cidadania*. São Paulo: Cortez, 2005, pp. 39-65.

SOARES-FILHO, B. S.; NEPSTAD D. C.; CURRAN, L.; CERQUEIRA G. C.; GARCIA, R. A.; RAMOS C. A.; VOLL, E.; MACDONALD, A.; LEFEBVRE, P.; SCHLESINGER, P.; MCGRATH, D. 2005. Cenários de Desmatamento para a Amazônia. *Estudos Avançados*, 19 (54), pp. 137-52.

THOMAS, K. *O Homem e o mundo natural*: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais: 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

VIANA, 2007. Bolsa-Floresta. Disponível em: <http://vortexmidia.com.br/sds2008>. Acesso em: outubro/2008.

A B S T R A C T *The current Amazon's degradation state resulted in the emergence of an international debate on its future and on the actions that contribute to forest's destruction or conservation. Several groups find themselves in a symbolic struggle around this debate, through which they reach for legitimacy for their projects and the different uses of resource. In this paper we tried to build an analytical approach in which the various discursive matrices utilized in the discussion on the future of the Brazilian Amazon were contemplated. This has been done considering the proposals of different agents and theoretic elaborations on the concepts of development, preservation and sustainability. In this way, four discursive matrices were identified – the developmentalist discourse, the nature's mercantilist discourse, the preservationist discourse and the socio-environmentalist discourse – that, in different political conjectures act with more or less influence over the elaborated policies for each region, with direct effects over its ecosystems and inhabitants.*

K E Y W O R D S *Amazon; sustainability; environmental conflict; public policies.*